

Recebido em: 26/04/2023

Aprovado em: 08/08/2023

Publicado em: 06/08/2024

## NOTAS SOBRE O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL

## NOTES ON THE PROCESS OF INSTITUTIONALIZATION OF PHILOSOPHY TEACHING IN BRAZIL

Pedro Leão da Costa Neto <sup>1</sup>  
([pedro.costa@utp.br](mailto:pedro.costa@utp.br))

**Resumo:** O objetivo do presente texto é problematizar o processo de institucionalização e autonomização do *ensino de filosofia no Brasil*, que teve como o seu traço mais característico, o caráter retardatário de sua institucionalização. Para contribuir ao entendimento deste processo, procuraremos identificar os seus diferentes períodos e as características correspondentes a cada um. Em linhas gerais, estes períodos correspondem às funções hegemônicas desempenhadas por diferentes ideologias e “aparelhos ideológicos” ao longo deste processo e, podemos identificar quatro distintos momentos, que teve o seu início com o processo de colonização portuguesa.

**Palavras-chave:** Ensino de Filosofia. Institucionalização. Educação.

**Abstract:** The objective of this text is to problematize the process of institutionalization and autonomization of philosophy teaching in Brazil, which had as its most characteristic feature, the delayed character of its institutionalization. To contribute to the understanding of this process, we will seek to identify its different periods and the characteristics corresponding to each one. In general, these periods correspond to the hegemonic functions performed by different ideologies and "ideological apparatuses" throughout this process and, we can identify four distinct moments, which had its beginning with the process of Portuguese colonization.

**Keywords:** Teaching of Philosophy. Institutionalization. Education.

<sup>1</sup> Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (1985) e doutorado em Ciências Humanas na Área de Filosofia pela Universidade de Varsóvia (1996). Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEd (Mestrado e Doutorado) e do Curso de História da Universidade Tuiuti do Paraná.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8913925209981626>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5377-6468>.



## I

O objetivo do presente texto é problematizar o processo de institucionalização e autonomização do ensino de filosofia no Brasil<sup>2</sup>, que teve como o seu traço mais característico, o caráter retardatário de sua institucionalização<sup>3</sup>.

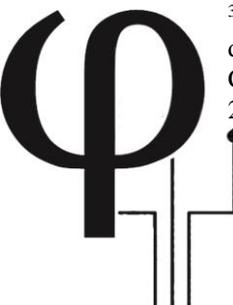
Para contribuir ao entendimento deste processo, procuraremos identificar os seus diferentes períodos e as características correspondentes a cada período<sup>4</sup>. Em linhas gerais, estes períodos correspondem às funções hegemônicas desempenhadas por diferentes ideologias e “aparelhos ideológicos” ao longo deste processo e, podemos identificar quatro distintos momentos, que teve o seu início com o processo de colonização portuguesa:

- I. **Período:** Período que vai desde 1556 – data de fundação do primeiro Colégio da Companhia de Jesus – até 1808/1827 quando são abertas as primeiras Faculdades de Ensino Superior no Brasil e as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife. Este período corresponde a hegemonia da ideologia religiosa e das Instituições de ensino religioso.
- II. **Período:** Período que se estende de 1808/1827 até 1934 e se caracteriza pela criação das primeiras instituições de ensino superior no Brasil; em particular, as Faculdades de Direito abertas em São Paulo e Recife em 1827. Este período corresponde a hegemonia da ideologia jurídica e das Instituições de formação de bacharéis em Direito no Brasil (e de outras profissões: médicos e engenheiros).

<sup>2</sup> Para caracterizar o processo de institucionalização do ensino de filosofia no Brasil, partimos aqui das observações metodológicas elaboradas por Antônio Cândido na Introdução à sua obra *Formação da Literatura Brasileira*, na qual ele desenvolve a distinção entre *manifestações literárias* e *literatura como sistema*, esta entendida como um “sistema de obras ligadas por denominadores comuns”, em oposição a uma situação onde as manifestações literárias aparecem isoladamente e sem ligação entre si (Cândido, 1981, p. 23 e SS.); e de Leopoldo Zea – historiador da filosofia latino-americana - que se referindo as observações do filósofo argentino Francisco Romero, descrevia o “estado de normalidade filosófica” como um momento de crescimento de interesse por trabalhos de caráter filosófico no qual existem um número significativo de publicações filosóficas (livros, artigos e revistas), de institutos e centros de pesquisa filosófica, etc., em contraposição a um momento onde a filosofia é desenvolvida apenas por “poucos e isolados indivíduos” (Zea, 1987, p. 4). Consultar, ainda, sobre esta questão, as observações desenvolvidas por Ivan Domingues, em seu livro *Filosofia no Brasil Legados e Perspectivas*, a partir das indicações de Antônio Cândido (e já discutidas, também, por Bento Prado Júnior e Paulo Eduardo Arantes) (Domingues 2017, p.7 e SS).

<sup>3</sup> De igual importância para a entendermos este processo é a observação de que a institucionalização do ensino de filosofia como disciplina acadêmica no Brasil (e podemos, também, acrescentar das outras disciplinas das Ciências Humanas) ocorreu, aproximadamente, um século depois do ocorrido na Europa (Wallerstein, 1996, p. 21 e SS.; Schnädelbach, 1984, pp. 28-59).

<sup>4</sup> Para uma periodização convergente a esta, partindo, entretanto, de pressupostos diversos, cf. Domingues, 2017.



- III. Período:** Período que se caracteriza pela criação e consolidação das Faculdades de Filosofia no Brasil entre 1934 e 1970, que se inicia com a fundação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1934 e conclui-se com o início dos programas de Pós-graduação em Filosofia. Este período corresponde a um momento de transição, onde coexistem por um lado, a forte presença de professores formados nos aparelhos ideológicos religioso e jurídico hegemônicos anteriormente e, por outro lado, professores de filosofia, já formados em diferentes cursos superiores e instituições de ensino e pesquisa em filosofia. Esta coexistência muitas vezes será conflituosa.
- IV. Período:** Período sucessivo a 1970 e que corresponde a definitiva conclusão do processo de Institucionalização do ensino de filosofia no Brasil.

Passamos agora a uma análise mais detalhada de cada um destes períodos e das principais características correspondentes a cada um deles<sup>5</sup>.

## II

### I Período (1556 – 1808/1827)

Inicia-se com a fundação do primeiro Colégio da Companhia de Jesus (1556) e se estende até a chegada da família real no Brasil (1808) acompanhada a criação de importantes instituições culturais no Rio de Janeiro, assim como já no Primeiro Reinado, da criação em 1827 das Faculdades de Direito de São Paulo e Recife. No interior deste período, podemos identificar a ruptura referente a expulsão dos jesuítas da colônia em 1759.

Nos dois primeiros séculos da colônia, as principais instituições de ensino, onde estavam incluídas o ensino de filosofia, foram os Colégios Jesuítas e de outras ordens religiosas. É importante destacar que o ensino nos Colégios Jesuítas estava disciplinado pelo *Ratio Studiorum*<sup>6</sup>, elaborado em 1586/1589 pelo general da Companhia de Jesus Cláudio

<sup>5</sup> Para um aprofundamento deste processo remetemos, entre outros, aos artigos de: (Krause, 1952a; 1952b; 1953a; 1953b; Moraes Filho, 1959, pp. 18-45; Maciel de Barros, 1997, pp. 81-106).

<sup>6</sup> Sobre o *Ratio Studiorum*, consultar: (Franca, 2019). Cf. igualmente de Dermeval Saviani o Capítulo III: A institucionalização da pedagogia jesuítica ou o *Ratio Studiorum* (1599-1759) do livro *História das Ideias Pedagógicas no Brasil* (Saviani, 2007, pp. 49-59).

Acquaviva e que regulamentava a formação em toda ordem jesuíta e estava baseado nas autoridades de Aristóteles e Tomás de Aquino, características marcantes da Segunda Escolástica. Ao ensino jesuíta se sucederam algumas experiências de transição de particular interesse, como, por exemplo, as Aulas Régias marcadas pelas reformas introduzidas pelo Marques de Pombal e pelo “iluminismo mitigado português” influenciado pela Ordem dos Oratorianos. Outra importante experiência de ensino associada as ideias pedagógicas desta ordem foi o Seminário de Olinda, criado pelo Bispo Azeredo Coutinho<sup>7</sup>. Por fim, é importante destacar as modificações introduzidas com a vinda da família real para o Brasil, as quais estão associadas a criação de importantes instituições culturais na cidade do Rio de Janeiro. Particularmente importante, para a filosofia e seu ensino no Brasil foram os cursos de filosofia proferidos por Silvestre Pinheiro Ferreira no Real Colégio São Joaquim – futuro Colégio D. Pedro II – no Rio de Janeiro.

## II Período (1827 – 1934)

Corresponde a criação das primeiras Instituições de ensino superior no Brasil. Nos primeiros anos do Império, além das já citadas Faculdades de Direito de São Paulo e Recife, foram também criados outros cursos superiores, como os de Medicina no Rio de Janeiro e em Salvador e Engenharia na Escola Militar no Rio de Janeiro, que consolidaram a hegemonia, que se estendeu por mais de um século, do ensino em faculdades isoladas e de formação profissional no Brasil.

Em 1837, o Seminário S. Joaquim se transforma no Colégio D. Pedro II que desempenhará um papel de referência para o ensino de 2º grau em todo o país e no qual serão titulares da cadeira de Filosofia alguns importantes personagens da história das ideias filosóficas no Brasil (como por exemplo: o introdutor do romantismo no Brasil Domingos José Gonçalves de Magalhães, o crítico e historiador da literatura Sílvio Romero, o escritor Euclides da Cunha, o filósofo Raimundo Farias de Brito e o positivista Agliberto Xavier, entre outros).<sup>8</sup> De particular importância para a filosofia e seu ensino no Brasil foram as

<sup>7</sup> Para uma análise do Seminário de Olinda, cf. Gilberto Luiz Alves: *O Pensamento burguês no Seminário de Olinda* (1800-1836), em particular, para o ensino de filosofia no Seminário: Capítulo 3: Os Estatutos e o Plano de Estudos do Seminário de Olinda. 2.4: O Ensino da Filosofia (Alves, 1993, pp. 129-139).

<sup>8</sup> Para uma consulta dos programas da disciplina de filosofia no Colégio D. Pedro II, cf. Ariclê Vechia e Karl Michael Lorenz (1998): *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira 1850-1951*, em particular as p. 3, pp. 8-9, pp. 35-36, p. 37, p. 40, pp. 51-52, p. 54, p. 62, p. 64, pp. 71-72, pp. 87-88, pp. 90-91, p. 105, pp. 106-107, onde são reproduzidos os programas da disciplina de filosofia entre 1850-1882; p. 185, pp. 236-240 (programa especialmente importante por ter sido elaborado por Raymundo de Farias Brito para o ano 1915); pp.

Faculdades de formação profissional, especialmente as de Direito; e se a Faculdade de Direito de São Paulo, como destacou Miguel Reale, foi de grande importância para o desenvolvimento da filosofia em São Paulo (Reale, 1976); foi entorno da Faculdade de Direito de Recife que se constituiu um dos movimentos filosóficos mais importantes do século XIX no Brasil: a Escola de Recife, a qual pertenceram Tobias Barreto e Silvio Romero. (Paim, 1987; 1999).

Por fim, a partir da década de 1910, foram ensaiadas as primeiras tentativas de criação de diferentes universidades no Brasil, entretanto, as distintas experiências anteriores a 1934/1935, se caracterizavam, antes de tudo, pela reunião das três faculdades profissionais pré-existentes e não reservavam nenhum papel a pesquisa teórica e científica (Schwartzman, 1979). É digno de nota, o fato de que, em 1908, a Ordem dos Beneditinos de São Paulo dirigidos por Dom Miguel Kruse criaram a Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo associada a Universidade de Louvain e que funcionou, com uma interrupção entre 1918 e 1921, até 1937 quando foi reconhecido pelo governo federal e, enfim em 1946-1947 foi integrada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo<sup>9</sup>.

Antes de passarmos ao terceiro período do ensino de filosofia no Brasil, é importante nos determos em algumas características destes dois primeiros períodos iniciais. A primeira delas se refere a ausência de toda formação específica em Ciências Humanas e Filosofia no Brasil. Anísio Teixeira observa a este respeito:

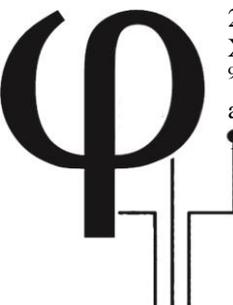
Após (o) curso secundário, o brasileiro, depois da Independência, não dispendo de outras escolas senão as profissionais superiores de Medicina, Direito e Engenharia, criadas pelos dois primeiros soberanos, perdeu qualquer oportunidade de estudos superiores de humanidades, letras ou ciências como disciplinas acadêmicas (Teixeira, 1989, p. 72).

As consequências desta ausência de uma formação específica em Filosofia (e, em Ciências Humanas) trará graves consequências para o processo de formação filosófica, semelhante ao ocorrido em outras áreas das Humanidades. Sobre a ausência de uma formação específica em Ciências Sociais no Brasil e suas consequências, o historiador Nelson Werneck Sodré fez as seguintes observações esclarecedoras, que podem, também, ser estendidas a Filosofia:

---

272-273 e, pp. 280-283, pp. 314-318 (programas igualmente relevantes por estarem assinados por Agliberto Xavier).

<sup>9</sup> Consultar o já citado artigo de Dom Beda Krause no n. 25-26, p. 382-386 da revista *Kriterion*. Cf. igualmente o artigo: “Um passado revisitado – O curso de Filosofia da PUC/SP: 80 anos” de Salma Tannus Muchail (1992, p. 27-133).



Assim como os elementos formados nas escolas de engenharia constituíram-se, entre nós, por largo tempo, os que por falta de especialização, preencheram alguns vazios do campo científico ainda em esboço, tornando-se os nossos geógrafos, os nossos geólogos, os nossos economistas até, os elementos formados pelas escolas de direito preencheram uma outra espécie de vazio, aparecendo como historiadores, letrados, sociólogos, e também políticos, uma vez que o diploma fornecia a primeira credencial para a função eletiva. Que isso tivesse, no fim de contas, conduzido a distorções curiosas não é de espantar (Sodré, 1984, p. 151).

Como observa, igualmente, Alzira Alves de Abreu, as instituições de ensino superior criadas após a década de 1930 foram decisivas para superar o autodidatismo até então existente nas Ciências Sociais no Brasil:

No Brasil, o ensino universitário das ciências sociais não pode ser atribuído a uma extensão dos cursos jurídicos, já que foi o resultado da criação de cursos específicos nas faculdades de filosofia de São Paulo e Rio de Janeiro na década de 1930. O ensino dos estudos sociais nas faculdades de direito permitiu a formação de especialistas em ciências sociais que se dedicavam, de forma autodidata, a esse ramo do conhecimento. Mas, quando esse ensino se instalou nas faculdades de filosofia, houve uma preocupação por parte dos sociólogos de se desvincular do juridicismo e mesmo de se opor ao formalismo jurídico (Abreu, 2005, pp. 111-112).

É importante destacar novamente que estes períodos de institucionalização do ensino da filosofia no Brasil correspondem aos primeiros momentos do desenvolvimento do pensamento filosófico no Brasil, caracterizado pela filosofia como forma de ideologia<sup>10</sup>, em particular, as ideologias religiosa e jurídica.

### III Período (1934 – 1970)

Este período corresponde a criação e consolidação das Faculdades de Filosofia no Brasil. Inicia-se com a fundação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1934 e conclui-se com o início dos programas de Pós-graduação em Filosofia. Ao longo da década de 1930, foram criados além do curso de Filosofia da FFCL-USP, os seguintes cursos: 1935 - Universidade do Distrito Federal, transformado em 1937 na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi); em 1939 a Faculdade de Filosofia da Universidade

<sup>10</sup> Michel Debrun, seguindo as referências de João Cruz Costa, afirmará que os sistemas filosóficos ou filosofias políticas no Brasil “constituem ideologias no sentido lato” (Debrun, 1963, p. 97, nota 1).

de Minas Gerais; e, por sua vez, o curso de Filosofia da UFRGS será criado na década de 1940.

O mesmo Anísio Teixeira destacou a importância decisiva destas faculdades para o desenvolvimento do ensino superior no Brasil:

A introdução da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tinha em vista o estudo especializado, em nível superior, desses campos de cultura desinteressados e não propriamente profissional. Viria a substituir o autodidatismo antes reinante nesses estudos. [...] Representavam real acréscimo ao ensino superior existente no país. [...] Não logrou a nova universidade cumprir a sua ambiciosa missão. Deste modo, mesmo depois da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da reformulação da universidade em 1930, persistiu a tradição da escola superior independente e autossuficiente e da universidade do tipo confederação de escolas profissionais (Teixeira, 1989, pp. 106-107).

Entretanto, o impacto renovador da criação destas faculdades não se manifestou de forma imediata, o clima político geral da segunda metade dos anos 1930 terá, como observou Fávero, fortes consequências para o futuro desenvolvimento das Faculdades de Filosofia no Brasil:

A partir do Golpe de 1937, as pressões políticas sobre as instituições universitárias não apenas haviam alterado os rumos da USP, esvaziando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e fechando a Universidade do Distrito Federal, mas todas as instituições de ensino superior no país passaram a ser ordenadas por meio de uma legislação de cima para baixo, legislação esta, cuja tônica era a inibição de novas formulações ou de diferentes propostas que fugissem ao modelo consagrado pelo Ministério de Educação e Saúde (Fávero, 1980, p. 101).

Neste mesmo período foram, igualmente, criados dois importantes Institutos que se ocuparam do ensino e da pesquisa em Filosofia, com a promoção de cursos, seminários, congressos e publicações. Em 1949 foi criado na cidade de São Paulo o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) que continua funcionando até os dias de hoje e, no Rio de Janeiro, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) aberto em 1955 e fechado após o golpe militar em 1964. Em 1959, o Brasil já possuía 50 Faculdades de Filosofia.

Podemos enumerar algumas características deste período: i) o ritmo desigual de institucionalização do ensino da filosofia – na FFCL-USP, ela se dará de uma forma bem mais rápida que em outras instituições, como por exemplo a FNFi que localizada na capital federal, encontrava-se sujeita a uma constante intervenção do poder federal; ii) a presença



de professores estrangeiros: na FNFi foram professores os franceses Étienne Souriau e Émile Bréhier, na USP onde a importância dos professores franceses foi bem mais marcante, ensinaram Martial Gueroult, Jean Maugué, Gilles-Gaston Granger, entre outros, a influência da filosofia francesa nesta faculdade se consolidará, ainda mais, através da vinda de professores visitantes e da concessão de bolsas de estudo para os professores da FFCL – USP concluírem a sua formação nas Universidades francesas (Arantes, 1994); iii) a presença de um elevado número de professores originários das Faculdades de Direito e de Seminários católicos<sup>11</sup>; iv) a influência decisiva dos professores de orientação tomista<sup>12</sup>; v) a politização crescente dos quadros universitários, uma das consequências desta politização será por um lado a importância assumida pelos temas políticos e ideológicos<sup>13</sup>, este engajamento político conduzirá, entre 1964 e 1968, a cassação e afastamento do ensino de inúmeros professores, por exemplo na FFCL-USP e na Faculdade de Filosofia da UFRGS (o próprio funcionamento dos departamentos de filosofia ficaram em perigo de fechamento devido ao grande número de professores aposentados); vi) a graduação em filosofia é, ainda, compartilhada com outros cursos superiores (em especial o Direito); vii) este período será marcado, ainda, por um forte autodidatismo, e encontramos entre os professores deste período, alguns precursores que lançarão os fundamentos para o período posterior; cabe enumerar aqui alguns destes professores que desempenharam este importante papel: Ernani Maria Fiori na UFRGS, Arthur Versiani Vellôso na UFMG, Álvaro Vieira Pinto na UFRJ, João Cruz Costa e Lívio Teixeira na USP.

Neste terceiro período, encontramos, também, ao lado da acima referida politização, uma forte tentativa de elaborar uma filosofia da história nacional, marcada pelo esforço de criar uma autoconsciência do passado brasileiro. Podemos enumerar como exemplos destas

<sup>11</sup>Sobre a presença de professores oriundos das Faculdades de Direito afirma o professor Ernani Fiori: “ainda em 59, se não me engano no Segundo Congresso Brasileiro de Filosofia, do qual participei, inclusive como vice-presidente do Congresso fizemos um levantamento e verificou-se que a quase totalidade dos filósofos presentes tinham saído das faculdades de Direito” (Fiori, 1987, p. 296).

<sup>12</sup> Perguntado sobre o processo de instalação das faculdades de filosofia nas universidades federais Gerd Bornheim afirma: “acho que têm o mesmo vício de base, o tomismo. Porque foram os padres que começaram a dar aula. E os cursos funcionavam muitas vezes como uma espécie de prolongamento dos seminários, pois os professores eram fundamentalmente os mesmos” (Nobre e Rego, 2000, p. 55).

<sup>13</sup> Ernani Maria Fiori se refere da seguinte maneira: “quero ser absolutamente honesto nestas informações; era toda uma geração que, não só afinava muito na sua concepção de vida, na sua concepção de mundividência, incluindo todos os aspectos e sobrelevando, entre todos, o aspecto religioso, e *que evoluiu, acompanhando a história política do Brasil*. Quero assinalar isso: que *era um grupo realmente ideologizado*, e que refletia, nas suas posições, o desenvolvimento da nossa história, da década de 30 até a década de 60” (Fiori, 1987, pp. 287-288). Guido Antônio de Almeida professor de filosofia na UFRJ, que desempenhará um importante papel no processo de definitiva institucionalização da filosofia a partir da década de 70, se refere da seguinte maneira a importância da política nos anos 60: “o movimento decisivo para a minha formação intelectual, fez-se inicialmente por meio da política, quero dizer, do interesse pelas questões políticas. Não continua assim, mas esse foi o passo inicial e isso não ocorreu somente comigo, mas com grande parte da minha geração” (Nobre e Rego, 2000, p. 227).

tendências neste período, as concepções que se constituíram entorno de três instituições: FFCL-USP, IBF e ISEB (Arantes, 1994, pp. 88-107)<sup>14</sup>, no interior das quais se elaboraram três distintos projetos de interpretação do passado nacional brasileiro: i) a “esquerda transcendental” da FFCL-USP, que pressupunha que suas técnicas filosóficas mais rigorosas corresponderiam a posições políticas mais avançadas (Prado Jr., 1969, p. 104)<sup>15</sup>; ii) a “direita do IBF” que elaborou uma visão positiva e apologética do passado nacional onde a noção de conciliação ocupa um lugar central (Reale, 1976)<sup>16</sup>; e iii) o “nacionalismo existencialista” do ISEB que queria fornecer um fundamento filosófico ao nacional-desenvolvimentismo. (Toledo, 1977)

#### IV Período (a partir de 1970)

Período que corresponde a definitiva conclusão do processo de Institucionalização do ensino filosofia no Brasil.<sup>17</sup> Este período se caracteriza pela: i) criação dos programas de pós graduação em filosofia a nível de Mestrado e Doutorado em filosofia; ii) a criação e fortalecimento da ANPOF (Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia) com a realização periódica, desde 1984, de Encontros Nacionais onde são apresentados os principais resultados da pesquisa em filosofia realizada no Brasil; iii) diminuição crescente do engajamento político, a substituição da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF) criada em 1976 (Pegoraro, 1981, pp. 1-7) pela ANPOF como principal forma de organização dos filósofos no Brasil representou, igualmente, uma etapa importante nesta passagem<sup>18</sup>; iv) consolidação de um mercado editorial, neste sentido, a publicação da Coleção *Os Pensadores*<sup>19</sup>, representou um verdadeiro marco inicial.

<sup>14</sup> Uma tipologia análoga é oferecida por Leandro Konder (1998, pp. 355-374), quando ele analisa os historiadores brasileiros dos anos cinquenta.

<sup>15</sup> José Arthur Giannotti em seu depoimento a Nobre e Rego afirma: “Desde as nossas raízes francesas, nós desenvolvemos a tática de não nos envolvermos diretamente em debates com coisas brasileiras: seríamos diferentes, faríamos outro tipo de filosofia, e esse outro tipo iria se espalhando como mancha de óleo” (Nobre e Rego, 2000, p. 99).

<sup>16</sup> Uma concepção da história do Brasil próxima ao IBF, e que privilegiou o conceito de conciliação, foi elaborada por Paulo Mercadante (1972) em seu livro *A Consciência Conservadora no Brasil*.

<sup>17</sup> Para uma problematização deste período, consultar a conferência de Marilena Chauí, “Alguns aspectos da filosofia no Brasil entre 1965 e 1985” (Chauí, 2018, pp. 493-503).

<sup>18</sup> Sobre a crescente diminuição do engajamento político e a passagem da SEAF para a ANPOF, cf. o já citado depoimento de Guido Almeida (Nobre e Rego, 2000, p. 227 e pp. 234-235).

<sup>19</sup> Sobre a constituição de um mercado editorial de livros filosóficos consultar as observações de (Arantes, 1996, pp. 307-309).



Este período correspondeu ao momento definitivo da consolidação da filosofia como atividade acadêmica, constituída por uma produção teórica marcada pela pluralidade de correntes e temas e com critérios próprios avaliação.

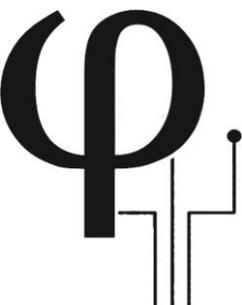
### III

Tentamos mostrar, neste capítulo, que o processo de Institucionalização do ensino de filosofia no Brasil se caracterizou pelo seu caráter retardatário e que é, igualmente, possível identificar neste processo, os seus diferentes períodos e o papel hegemônico desempenhado em cada um deles por diferentes ideologias e “aparelhos ideológicos”. Ao longo desta história, é também visível a crescente diminuição do engajamento ideológico e político, sob diferentes formas, sendo substituída por uma concepção acadêmica (e profissional) do exercício da filosofia.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. A Ação política dos intelectuais do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.), *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, pp. 23-48.
- ALVES, Gilberto Luiz. *O Pensamento burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)*. Ibitinga: Humanidades, 1993.
- ARANTES, Paulo Eduardo *Um departamento francês de ultramar* Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- ARANTES, Paulo Eduardo, *O Fio da Navalha*. Uma conversa e quatro entrevistas sobre a filosofia e a vida nacional, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- CÂNDIDO, Antônio, *Formação da Literatura Brasileira* (Momentos decisivos). 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.
- CHAUÍ, Marilena. Alguns aspectos da filosofia no Brasil entre 1965 e 1985. In: CHAUÍ, Marilena. *Em defesa da educação pública, gratuita e democrática* (Escritos de Marilena Chauí – Volume 6 organizado por Homero Santiago). Belo Horizonte: Autêntica, 2018, pp. 257-277.
- COSTA, João Cruz, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- DEBRUN, Michel, A compreensão ideológica da História. *Revista Brasiliense*, n. 46, p. 7-26, 1963.
- DOMINGUES, Ivan. *Filosofia no Brasil Legados e Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 2017.
- FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade & Poder – análise crítica/fundamentos históricos: 1930 – 1945*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- FIORI, Ernani Maria, *Metafísica e História*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- FRANCA, Leonel, *O método pedagógico dos jesuítas: ratio Studiorum*. Campinas: Kirion, 2019.
- KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos cinquenta. In: FREITAS, Marcos Cézár. *Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo: Contexto- USF, 1998, pp. 133-149.
- KRAUSE, Dom Beda. Desenvolvimento e importância das Faculdades de Filosofia no plano educacional brasileiro de 1936 a 1950. *Kriterion*, n. 19-20, p. 1-25, 1952a.
- KRAUSE, Dom Beda. Desenvolvimento e importância das Faculdades de Filosofia no plano educacional brasileiro de 1936 a 1950. *Kriterion*, n. 21-22, p. 320-342, 1952b.
- KRAUSE, Dom Beda. Desenvolvimento e importância das Faculdades de Filosofia no plano educacional brasileiro de 1936 a 1950. *Kriterion*, n. 23-24, p. 77-107, 1953a.
- KRAUSE, Dom Beda. Desenvolvimento e importância das Faculdades de Filosofia no plano educacional brasileiro de 1936 a 1950. *Kriterion*, n. 25-26, pp. 380-419, 1953b.
- MACIEL DE BARROS, Roque Spencer. O Ensino Secundário de Filosofia no Brasil. In: *Estudos Brasileiros*. Londrina: UEL, 1997, pp. 87-101.
- MERCADANTE, Paulo em seu livro *A Consciência Conservadora no Brasil*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- MORAES FILHO, Evaristo de. O ensino da Filosofia no Brasil. *Revista Brasileira de Filosofia*, v. IX, n. I, p. 63-81, 1959.
- MUCHAIL, Salma Tannus. Um passado revisitado – O curso de Filosofia da PUC/SP: 80 anos. In: MUCHAIL, Salma Tannus. *Um passado revisitado – O curso de Filosofia da PUC/SP: 80 anos*. São Paulo: Educ, 1992, pp. 47-67.



- NOBRE, Marcos e REGO, José Márcio. *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- PAIM, Antônio. *História das Idéias Filosóficas no Brasil no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Convívio, 1987.
- PAIM, Antônio. *A Escola do Recife*. 3ª. ed., Londrina: UEL, 1999.
- PEGORARO, Olinto Antonio. Identidade da SEAF. *Debates Filosóficos*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 41-57, 1981.
- PRADO JR., Bento. Il problema della filosofia in Brasile. *Aut-Aut*, n. 109-110, p. 109-128, 1969.
- REALE, Miguel. *Filosofia em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Grijalbo, 1976.
- SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SCHNÄDELBACH, Herbert. *German Philosophy 1831 –1933*. Cambridge University Press, 1984.
- SCHWARTZMAN, S. *Formação da Comunidade científica no Brasil*. São Paulo – Rio de Janeiro: Companhia Editora nacional – FINEP, 1979.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- TEIXEIRA, Anísio. *Ensino Superior no Brasil: Análise e Interpretação da sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: Fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.
- VECHIA, Ariclê e LORENZ, Karl Michael, *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira*. Curitiba: Edição do Autor, 1998.
- WALLERSTEIN, Immanuel (org.). *Para abrir as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- ZEA, Leopoldo. O Filozofii Amerykańskiej (Sobre a Filosofia Americana). *Studia Filozoficzne*, Varsóvia, n. 12 (265), p. 25-41, 1987.

